



Concurso Público para ingresso na carreira de
Procurador do Estado Nível I

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. No âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, é correto afirmar que
- (A) o Estatuto de Roma estabelece prazos de prescrição para crimes de menor gravidade e a imprescritibilidade do genocídio e dos crimes contra a humanidade.
 - (B) o fato de o Direito interno não estabelecer sanção para a conduta tipificada como crime pelo Direito Internacional constitui atenuante, segundo os Princípios de Nuremberg (ONU, 1950).
 - (C) o costume é admitido como fonte do Direito Penal Internacional.
 - (D) de acordo com o Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional pode julgar crimes cometidos antes da sua implantação, desde que a conduta esteja prevista anteriormente pelo ordenamento jurídico do Estado que aceitou a jurisdição do Tribunal.
 - (E) os Princípios de Nuremberg distinguem, quanto à responsabilidade penal internacional, entre Chefes de Estado e demais funcionários governamentais.
2. São requisitos do conceito de desobediência civil, consagrados pela doutrina e fundamentados em episódios históricos do século XX, como as campanhas de Gandhi na Índia e a luta contra a discriminação racial nos EUA:
- (A) conduta ilegal, coletiva, pública ou clandestina, não violenta, com intenção de alterar norma jurídica.
 - (B) recusa individual ou coletiva ao cumprimento de ordem legal de funcionário público, não violenta, fundamentada em objeção de consciência.
 - (C) ato de contestação coletiva, pública, não violenta, com base em princípios morais apresentados como contrários à estrutura política e social.
 - (D) conduta ilegal, coletiva, pública, não violenta, fundamentada em princípios morais e com a intenção de alterar norma jurídica.
 - (E) recusa individual ao cumprimento de norma de Direito Público por razões humanitárias, pública e não violenta.
3. Sobre o regime constitucional da liberdade de expressão, é correto afirmar que
- (A) lei federal, ao regulamentar diversões públicas, pode autorizar proibição de espetáculos públicos em casos de ofensa a uma confissão religiosa, desde que exista razoável risco de perturbação da ordem pública.
 - (B) o legislador ordinário pode estabelecer mecanismos de proteção para os direitos fundamentais à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, vedada, segundo entendimento do STF, censura prévia.
 - (C) o STF, julgando Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, considerou inaplicáveis regras do Código Civil às relações de imprensa.
 - (D) somente o poder constituinte derivado pode estabelecer mecanismos de proteção para garantia dos direitos fundamentais à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, vedada, segundo entendimento do STF, censura prévia.
 - (E) é vedada qualquer discriminação a pessoas relativamente às atribuições de responsabilidade editorial, seleção e direção da programação veiculada em meio de comunicação social.

4. “O positivismo, que pode ser sintetizado na lapidar fórmula ‘a lei é a lei’, deixou o Direito e a magistratura alemães inertes contra todas aquelas crueldades e arbitrariedades plasmadas pelos governantes de então em forma de lei”.
- (Gustav Radbruch, jusfilósofo alemão).
- Considere esta frase, escrita logo após a derrocada do regime nazista e o holocausto, para assinalar a alternativa INCORRETA.
- (A) A frase pode ser entendida como uma crítica a Hans Kelsen, que sustentava a impossibilidade lógica de definição da justiça e via a norma positiva como o fenômeno que permite reconhecer cientificamente o Direito.
 - (B) O positivismo jurídico é uma concepção que, rejeitando o jusnaturalismo por razões metodológicas críticas em relação à metafísica, não admite que juízo de valor negue a validade de norma positiva.
 - (C) O positivismo e a tese de que não existem princípios de justiça universalmente válidos estão frequentemente associados.
 - (D) O conteúdo do texto permite identificar inspiração jusnaturalista, concepção que ressurgiu após a barbárie nazista e repercutiu na redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.
 - (E) O reconhecimento mais contemporâneo da função lógica dos princípios, a partir dos textos de Ronald Dworkin, apesar de relevante para os Direitos Humanos, não tem como consequência a possibilidade de negar eficácia a uma regular norma jurídica positiva preservando sua vigência formal.
5. Sobre o tema da extradição, com base em julgado do STF, é correto afirmar que o compromisso do Estado requerente de comutar pena de morte, quando cabível,
- (A) tem presunção de veracidade relativa, podendo integrar a análise das condições para a extradição, e ser reconhecida pelo STF a ausência de fidejussão.
 - (B) goza de presunção absoluta de veracidade em decorrência do princípio da boa-fé que rege as relações internacionais.
 - (C) tem presunção absoluta de veracidade quando existente tratado de extradição.
 - (D) tem presunção absoluta de veracidade somente quando firmado pelo seu Chefe de Estado.
 - (E) deve ter tramitação obrigatória por órgão competente da ONU.
6. A configuração institucional atribuída pela Constituição da República ao Banco Central compreende, dentre outros aspectos, a sua condição de
- (A) órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, ao qual compete, com exclusividade, a emissão de moeda, bem como estabelecer limites para as taxas de juros, sempre que necessário.
 - (B) sociedade de economia mista, integrante do sistema financeiro nacional, competindo, em igualdade de condições, com os bancos e demais instituições financeiras privadas.
 - (C) agência reguladora em matéria de moeda, crédito e câmbio, dependendo a nomeação e exoneração de seu Presidente e Diretores de prévia aprovação do Senado Federal.
 - (D) entidade integrante da Administração Pública federal, depositária das disponibilidades de caixa da União, à qual se faculta conceder empréstimos ao Tesouro Nacional, em caso de necessidade.
 - (E) entidade com personalidade de direito público, responsável pela emissão de moeda, à qual se faculta comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com objetivos regulatórios.



7. O modelo de Estado Democrático de Direito, fundado em Constituições orgânicas, dotadas de supremacia hierárquica, conheceu diversas fases em sua evolução histórica. A etapa denominada "racionalização do poder" foi marcada
- (A) pela positivação do direito natural, passando as liberdades públicas a ter respaldo em Constituições legisladas (Constituições-ato).
- (B) pelo advento do presidencialismo, cujo caráter racional se contrapõe à origem costumeira do parlamentarismo.
- (C) pelo advento do sistema europeu de controle de constitucionalidade, de caráter eminentemente preventivo.
- (D) pela adoção de técnicas de estabilização no parlamentarismo europeu, o que exigiu a formalização de suas engrenagens.
- (E) pela estruturação da separação dos Poderes, cujo aspecto funcional está diretamente associado à ideia de divisão do trabalho.
8. Diante do agravamento dos problemas de segurança nas grandes cidades, o Presidente da República decide encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei, em regime de urgência, instituindo um novo Código Penal. O projeto é aprovado no Congresso com duas emendas: uma reorganizando o Conselho Nacional de Segurança Pública, sem aumento de despesa, e outra estabelecendo um prazo anual de *vacatio legis*, em substituição a dispositivo que previa a entrada imediata em vigor. Essa segunda alteração é vetada pelo Presidente da República, que também veta dispositivo, já constante do projeto original, instituindo nova modalidade de crime contra o patrimônio, vetos esses, afinal, mantidos. No processo legislativo descrito há
- (A) duas irregularidades, concernentes a ambos os vetos presidenciais.
- (B) apenas uma irregularidade, relativa à adoção de procedimento abreviado em projeto de codificação.
- (C) duas irregularidades, sendo uma relativa à inadequada aplicação do regime de urgência e outra referente à inserção, por emenda, de matéria reservada ao poder regulamentar.
- (D) duas irregularidades, sendo uma relativa à inserção, por emenda, de matéria reservada ao poder regulamentar e outra referente ao veto presidencial de dispositivo por ele mesmo proposto.
- (E) apenas uma irregularidade, relativa ao veto presidencial de dispositivo por ele mesmo proposto.
9. A Constituição de 1934 consagrou, em seu artigo 68, a denominada doutrina das questões políticas, prescrevendo ser "vedado ao Poder Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas". É lícito afirmar que essa doutrina
- (A) limita a atuação do Poder Judiciário nas matérias em que aflora a discricionariedade de outro Poder do Estado, porém não exclui, por completo, a apreciação dessas matérias.
- (B) impedia o Poder Judiciário de realizar controle de constitucionalidade, tendo perdido inteiramente a sua validade.
- (C) continua em vigor, impedindo o Poder Judiciário de apreciar controvérsias envolvendo certos institutos, como o estado de sítio e a intervenção federal.
- (D) constitui técnica refinada de combate ao ativismo judiciário.
- (E) deve ser compreendida como um impedimento a que o Poder Judiciário exerça controle sobre atos políticos, em contraposição à ampla fiscalização de atos legislativos e administrativos.
10. A mutação constitucional consiste
- (A) na atribuição de nível ordinário a normas de Constituição formal que permanecem em vigor, malgrado sua substituição por outra, haja vista não serem com esta incompatíveis.
- (B) em um processo informal de modificação da Constituição, que não rompe com os seus balizamentos.
- (C) na alteração da Constituição por meio de procedimento nela própria consagrado.
- (D) em prática deletéria de alteração da Constituição contrariando as suas bases normativas.
- (E) na substituição de uma Constituição formal por outra, ao ensejo de manifestação do Poder Constituinte originário.
11. Determinada Constituição Estadual é reformada, de modo a contemplar 3 (três) novas disposições: (I) a atribuição ao Governador do Estado do poder de editar medida provisória com força de lei, observada a competência legislativa estadual e o delineamento do instituto na Constituição Federal; (II) a previsão de que a não regulamentação de leis estaduais, no prazo nelas fixado, caracteriza crime de responsabilidade; (III) a concessão aos servidores inativos do adicional de férias, equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração do mês de aniversário.
- Há vício de inconstitucionalidade
- (A) nas disposições I, II e III.
- (B) apenas na disposição I.
- (C) apenas nas disposições I e II.
- (D) apenas na disposição III.
- (E) apenas nas disposições II e III.
12. No sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, em seu âmbito jurisdicional, a inconstitucionalidade de lei municipal por ofensa a norma da Constituição Federal, não reproduzida na Constituição do respectivo Estado-membro,
- (A) pode ser suscitada apenas por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) somente pode ser arguida incidentalmente.
- (C) pode ser arguida incidentalmente ou por meio de ação direta, proposta perante o Tribunal de Justiça, se houver previsão na Carta Estadual.
- (D) pode ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, desde que a norma violada tenha essa natureza, sem prejuízo da via incidental.
- (E) pode ser arguida apenas por meio de ação direta, proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
13. À luz da moderna Hermenêutica Constitucional
- (A) o elemento gramatical ou literal de interpretação perdeu completamente a sua importância, afirmando-se a não identidade entre texto e norma.
- (B) o enunciado linguístico da norma é considerado apenas o ponto de partida de um processo dinâmico de densificação da Constituição.
- (C) o elemento histórico de interpretação tem escassa importância, pois o que importa é a vontade objetiva da lei e não a vontade do legislador.
- (D) a interpretação da Constituição consiste em um processo aberto e plural de argumentação, que constrói a norma constitucional a partir da resolução de problemas práticos.
- (E) abandona-se a objetividade da metodologia clássica, para prestigiar a ordem de valores em que se inspira a Constituição, tal qual captada pelo subjetivismo do intérprete-aplicador.



14. Lei Estadual estabelece que os pagamentos devidos pelo Estado e suas autarquias, em decorrência de decisões judiciais, serão feitos no prazo de 90 (noventa) dias, independentemente de precatório, desde que a obrigação de pagar não supere o montante de 20 (vinte) salários mínimos em relação à Administração Direta e 10 (dez) salários mínimos no tocante às entidades autárquicas, tanto para os créditos de natureza alimentar, quanto para os demais.
- Esse ato legislativo é
- (A) parcialmente inconstitucional, na medida em que apenas as obrigações de pequeno valor de natureza alimentar podem ser pagas independentemente de precatório.
- (B) totalmente inconstitucional, pois a caracterização das obrigações de pagar fazendárias como sendo de pequeno valor, depende exclusivamente de lei federal.
- (C) parcialmente inconstitucional, pois não é lícito criar diferenciação entre as obrigações de pagar impostas por decisão judicial a entidades integrantes da mesma Administração Pública.
- (D) totalmente inconstitucional, porquanto as obrigações de pequeno valor foram fixadas em patamares inferiores ao estabelecido pela legislação federal correspondente.
- (E) constitucional.
15. Em atenção às normas de seu estatuto constitucional, podem os Ministros de Estado
- (A) substituir o Presidente da República em seus impedimentos, até que assumam o exercício interino da presidência o Presidente da Câmara, o do Senado ou o do Supremo Tribunal Federal.
- (B) conferir condecorações e distinções honoríficas, no que concerne às atividades da respectiva Pasta.
- (C) expedir instruções normativas para a fiel execução das leis e regulamentos no âmbito da respectiva Pasta.
- (D) comparecer a Comissão do Congresso para prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atribuições, independentemente de convocação.
- (E) prover cargo público do quadro do respectivo Ministério, independentemente de prévia delegação presidencial.
16. Com base na cláusula de reserva aos Estados das competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal,
- (A) a extensão da competência legislativa municipal é inversamente proporcional ao uso que façam os Estados de sua competência legislativa residual.
- (B) o federalismo brasileiro é do tipo dual, cabendo à União os poderes especificados e aos Estados os remanescentes.
- (C) cabe aos Estados, por meio de lei complementar, instituir regiões metropolitanas, atribuindo-lhes ou não competência legislativa.
- (D) cabe aos Estados instituir agências reguladoras para a normatização e fiscalização da prestação de serviços públicos estaduais, em regime de permissão ou concessão.
- (E) é facultado aos Estados legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União, independentemente de autorização desta.
17. A Constituição de 1937 adotava a forma republicana e representativa de governo, acolhendo, implicitamente, a separação dos Poderes. Porém, as instituições parlamentares somente passariam a funcionar regularmente após a ratificação da Constituição em plebiscito, jamais convocado pelo Presidente Getúlio Vargas. Bem por isso, deve a Carta do Estado Novo ser classificada como uma Constituição
- (A) balanço.
- (B) semântica.
- (C) dirigente.
- (D) flexível.
- (E) nominal.
18. A modulação dos efeitos temporais das decisões declaratórias de inconstitucionalidade, prevista no artigo 27 da Lei Federal nº 9.868/99,
- (A) vem tendo a sua constitucionalidade contestada, por haver sido adotada em nível ordinário.
- (B) vem sendo aplicada pelo Supremo Tribunal Federal apenas no controle abstrato de normas.
- (C) converteu a sanção cominada no ordenamento brasileiro ao vício de inconstitucionalidade de nulidade em anulabilidade.
- (D) permite que a invalidade do ato legislativo seja reconhecida com retroação parcial ou irretroativamente, mas não *pro futuro*.
- (E) é característica do sistema estadunidense de controle, dada a flexibilidade dos ordenamentos filiados à *common law*.
19. Considerada a distinção entre princípio normativo (norma-princípio) e princípio metódico (postulado normativo) e à luz do ordenamento jurídico brasileiro, enquadra-se, exclusivamente, nessa segunda categoria o princípio
- (A) da interpretação conforme à Constituição.
- (B) do devido processo legal.
- (C) do Estado de Direito.
- (D) da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.
- (E) da razoabilidade.
20. Trata-se de situação que rende ensejo à impetração de mandado de injunção
- (A) a não edição de lei complementar federal, delimitando o período para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.
- (B) a não disponibilização de vaga em escola pública de ensino fundamental obrigatório e gratuito para criança com 6 (seis) anos de idade completos.
- (C) a não consideração do tempo de serviço para a quantificação do aviso-prévio na rescisão do contrato de trabalho.
- (D) o não fornecimento gratuito de medicamento em unidade do Sistema Único de Saúde, mesmo após sua implantação.
- (E) a inexistência de legislação regulamentadora das relações entre a empresa pública, de um lado, e o Estado e a sociedade, de outro.



Direito Processual Civil

21. No que diz respeito ao tema intervenção de terceiros, é INCORRETO afirmar:

- (A) O réu-fornecedor que houver contratado seguro de responsabilidade poderá em ação de responsabilidade civil proposta por consumidor, chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil.
- (B) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial procedendo-se em seguida à citação do réu.
- (C) Presume-se aceita a nomeação à autoria se o autor nada requerer, no prazo em que, a seu respeito, lhe competia manifestar-se ou se o nomeado não comparecer, ou, comparecendo, nada alegar.
- (D) No procedimento sumário é admissível a intervenção de terceiros, quando fundada em contrato de seguro.
- (E) Oferecida a oposição depois de iniciada a audiência de instrução, deverá o juiz, sobrestar o andamento do processo principal, por prazo nunca superior a 120 (cento e vinte) dias, a fim de julgá-lo conjuntamente com a oposição.

22. No que tange ao tema "provas", é correto afirmar:

- (A) A confissão será cindida quando o confitente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.
- (B) As repartições públicas não podem fornecer, em meio eletrônico, os documentos requisitados por ordem judicial.
- (C) A testemunha do réu pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência, devendo o autor pagá-la logo que arbitrada, ou depositá-la em cartório dentro de 3 (três) dias.
- (D) Para o desempenho de sua função, podem o perito, os assistentes técnicos e o intérprete utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte, terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.
- (E) A escrituração contábil é divisível: se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados separadamente.

23. Quanto a ações, recursos, procedimentos, incidentes e feitos que correm perante o STJ e STF, considere as seguintes afirmações:

- I. A requisição de intervenção federal a ser efetivada pelo STJ, com o intuito de prover a execução de suas ordens ou decisões, será promovida mediante representação do Procurador-Geral da República.
- II. A reclamação perante o STF tem como exclusivo intuito garantir a autoridade de suas decisões.
- III. A Presidência do Supremo Tribunal Federal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria carecer de repercussão geral, segundo precedente do Tribunal, sendo certo que de tal decisão caberá agravo.
- IV. Admitidos os embargos infringentes interpostos perante o STF, não poderá o Relator reformar seu despacho para inadmiti-los.
- V. Nos embargos de divergência apresentados perante o STF, a divergência será comprovada necessariamente mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se admitindo a reprodução de julgados disponíveis na internet, mesmo citando-se a fonte.

Estão corretas SOMENTE as afirmações

- (A) III, IV e V.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e IV.

24. Quanto à sentença e coisa julgada, é correto afirmar:

- (A) A sentença condenatória produz a hipoteca judiciária, desde que a condenação seja específica.
- (B) Tratando-se de contrato que tenha por objeto a transferência da propriedade de coisa determinada, ou de outro direito, a ação não será acolhida se a parte que a intentou não cumprir a sua prestação, nem a oferecer, nos casos e formas legais, mesmo que ainda não exigível.
- (C) Nas causas relativas ao estado de pessoa, se todos os interessados houverem sido intimados acerca dos termos da lide, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.
- (D) A coisa julgada contrária a um dos credores solidários não atinge os demais; já a favorável aproveitá-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve.
- (E) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, no momento de proferir a sentença, desde que haja requerimento da parte.



25. No que tange aos atos processuais, é INCORRETO afirmar:

- (A) Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.
- (B) Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes.
- (C) Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço apenas quando houver modificação definitiva.
- (D) É lícito a qualquer interessado cobrar os autos ao Ministério Público que exceder o prazo legal. Se, intimado, não os devolver dentro em 24 (vinte e quatro) horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa, correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.
- (E) O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou na localidade, onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação, será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis.

26. Considere as seguintes afirmações, no que diz respeito à recuperação judicial e falência:

- I. No caso de falência, ou insolvência, do devedor hipotecário, o direito de remição defere-se à massa, ou aos credores em concurso, não podendo o credor recusar o preço da avaliação do imóvel.
- II. Não se sujeitam à recuperação judicial as empresas estatais, com exceção das sociedades de economia mista.
- III. O administrador judicial e os membros do Comitê de credores responderão pelos prejuízos causados à massa falida, ao devedor ou aos credores por dolo ou culpa, devendo o dissidente em deliberação do Comitê consignar sua discordância por petição dirigida ao Juiz no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para eximir-se da responsabilidade.
- IV. Os créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los normalmente após o pedido de recuperação judicial terão privilégio geral de recebimento em caso de decretação de falência, no limite do valor dos bens ou serviços fornecidos antes e durante o período da recuperação.
- V. Na falência, reconhecida a ineficácia ou julgada procedente a ação revocatória, as partes retornarão ao estado anterior, e o contratante de boa-fé terá direito à restituição dos bens ou valores entregues ao devedor; porém na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos portadores de valores mobiliários emitidos pelo securitizador.

Estão corretas SOMENTE as afirmações

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e V.
- (D) II e III.
- (E) II e V.

27. No que diz respeito ao tema procedimentos especiais, é correto afirmar:

- (A) Na ação demarcatória é obrigatória a colocação de marcos assim na estação inicial – marco primordial –, como nos vértices dos ângulos, salvo se algum destes últimos pontos for assinalado por acidentes naturais de difícil remoção ou destruição.
- (B) Na desapropriação a imissão provisória na posse dispensa registro no cartório de registro de imóveis competente.
- (C) Na ação de usucapião serão intimados pessoalmente, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (D) Quando a ação de consignação em pagamento se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de bens de ausentes; comparecendo apenas um, o juiz decidirá de plano; comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores; caso em que se observará o procedimento sumário.
- (E) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de decair da ação, responder por perdas e danos, o juiz determinará o depósito da coisa litigiosa.

28. Quanto ao tema execução, é correto afirmar:

- (A) Nos termos da Emenda Constitucional nº 30/00, ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação dessa emenda (13/09/00) e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 2000 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.
- (B) Concorrendo vários credores, o dinheiro depositado ser-lhes-á distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas prelações; não havendo título legal à preferência, receberá em primeiro lugar o credor que promoveu a execução, cabendo aos demais concorrentes direito sobre a importância restante, observada a anterioridade de cada penhora.
- (C) No que concerne a ordem da penhora no cumprimento de título executivo judicial, a constrição judicial de percentual do faturamento de empresa devedora tem preferência em relação à constrição judicial de navios e aeronaves.
- (D) É lícito ao exequente no cumprimento de título executivo judicial, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados, sendo certo que havendo mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação; em igualdade de oferta, proceder-se-á a sorteio.
- (E) O juiz arbitrará pensão a qualquer devedor que cair em estado de insolvência, se a massa o comportar, até a alienação dos bens, ouvidos previamente os credores.



29. Quanto ao processo cautelar, é INCORRETO afirmar:

- (A) Incumbe ao juiz nomear o depositário dos bens sequestrados, podendo a escolha recair em pessoa indicada, de comum acordo, pelas partes; ou em uma das partes, desde que ofereça maiores garantias e preste caução idônea.
- (B) O juiz poderá ordenar ou autorizar cautelarmente, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público.
- (C) A ação de atentado será processada e julgada pelo juiz que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta se encontre no tribunal.
- (D) É cabível, como procedimento preparatório, a exibição judicial de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, salvo se for inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios.
- (E) O juiz concederá o arresto independentemente de justificação prévia, quando for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei.

30. No que tange ao tema competência, considere as seguintes afirmações:

- I. A ação civil pública deve ser proposta no foro do local onde ocorrer a conduta lesiva, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- II. Nas ações visando a tutela de direitos individuais homogêneos de consumidores, ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local do foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.
- III. Declarada a incompetência relativa, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.
- IV. As ações visando a tutela de direitos meta-individuais de idosos serão propostas no foro de seu domicílio, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.
- V. A incompetência relativa somente não se prorrogará, caso acolhida exceção declinatória apresentada pelo réu.

Estão corretas SOMENTE as afirmações

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e V.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

Direito Civil e Deontologia Jurídica

31. Sobre direitos autorais é correto afirmar:

- (A) Serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.
- (B) Reputam-se bens móveis para efeitos legais, estando a depender para sua proteção de efetivo registro.
- (C) A duração dos direitos autorais é o tempo de vida do autor da obra intelectual. Com o seu falecimento, seus herdeiros e sucessores terão o direito de reproduzir a obra, durante 60 (sessenta) anos, contados de 1º de janeiro do ano subsequente à sua morte, obedecida a ordem sucessória da lei civil.
- (D) Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.
- (E) Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público, não se incluindo nessa categoria a obra de autor falecido que não tenha deixado sucessores.

32. Assinale a alternativa correta.

- (A) Na solidariedade, a interrupção da prescrição aberta por um dos credores aproveitará aos demais credores, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolverá os outros devedores e seus herdeiros, sendo que a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveitará aos demais credores se a prestação for divisível.
- (B) Na solidariedade, a interrupção da prescrição aberta por um dos credores aproveitará aos demais credores, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolverá os outros devedores e seus herdeiros, sendo que a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveitará aos demais credores.
- (C) Na solidariedade, a interrupção da prescrição aberta por um dos credores aproveitará aos demais credores, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolverá os outros devedores e seus herdeiros, sendo que a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveitará aos demais credores se a prestação for indivisível.
- (D) Na solidariedade ativa, a constituição em mora do devedor, promovida por um dos credores solidários, não aproveitará aos demais credores, assim como, a renúncia da prescrição em face de um dos credores não aproveitará aos demais credores.
- (E) Na solidariedade, a interrupção da prescrição aberta por um dos credores não aproveitará aos demais credores, já a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolverá os outros devedores e seus herdeiros, sendo que a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveitará aos demais credores.



33. Assinale a alternativa correta.
- (A) Se alguém causar dano em caso de legítima defesa de terceiro, e vier a repará-lo, poderá voltar-se contra quem defendeu para cobrar o valor desembolsado.
 - (B) No campo da responsabilidade civil contratual, a mora nas obrigações pecuniárias não é hipótese de dano presumido, cabendo ao credor alegar o prejuízo.
 - (C) O Juiz não poderá condenar o lesante incapaz ao pagamento de uma indenização equitativa, se o lesado não conseguir obter do representante do incapaz a quantia devida por falta de meios financeiros.
 - (D) A perda de uma chance, caracterizada como dano negativo ou emergente, afasta por completo a possibilidade de indenização por ser a frustração da probabilidade de obter um benefício.
 - (E) Na responsabilidade civil subjetiva, a culpa será considerada *in concreto* quando se fizer uma análise comparativa da conduta do agente com a do homem médio.
34. Se o empresário for casado,
- (A) necessitará de outorga conjugal para alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, exceto no regime de separação absoluta de bens.
 - (B) haverá comunicabilidade, sendo o regime de comunhão universal ou parcial, dos frutos civis de bens particulares de cônjuge sócio de uma sociedade empresária, sob forma de dividendos ou de ações bonificadas.
 - (C) será possível ao ex-cônjuge ou herdeiros do consorte do sócio pleitear a parte que lhes for cabível imediatamente.
 - (D) o pacto antenupcial, o título constitutivo de doação, herança ou legado e o que gravar seus bens de inalienabilidade ou de incomunicabilidade não precisarão ser arquivados nem averbados no Registro Público de Empresas Mercantis, para que tenham eficácia *erga omnes*.
 - (E) haverá possibilidade de formar sociedade entre cônjuges ou entre um deles com terceiro, qualquer que seja o regime de bens.
35. A responsabilidade do cedente pela solvência do devedor, na cessão *pro solvendo*, por força de estipulação contratual
- (A) é relativa à quantia cedida, alcançando apenas as despesas feitas com a cobrança do devedor insolvente.
 - (B) pode alcançar indenização a título de perdas e danos pelo fato de ser o devedor cedido insolvente.
 - (C) atinge a totalidade do débito, mesmo que o cessionário tenha recebido parte dele.
 - (D) limita-se ao valor recebido pelo cessionário, que não terá direito aos juros, nem às despesas feitas para receber o crédito ou às efetuadas, ocorrida a inadimplência, para cobrá-las do devedor cedido.
 - (E) não poderá ir além do montante que o cessionário recebeu ao tempo da cessão, com os respectivos juros, acrescidos das despesas da cessão e das que tenham sido feitas com a cobrança promovida contra o devedor insolvente.
36. Acerca do contrato de empreitada, é INCORRETO afirmar:
- (A) O comitente terá direito, mesmo após o início da construção, de rescindir unilateralmente o contrato, mediante o pagamento ao empreiteiro das despesas e lucros relativos aos serviços já executados, mais indenização razoável, calculada em função do que teria ganho se concluísse a obra.
 - (B) O dono da obra tem o prazo decadencial de cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do defeito para reclamar junto ao empreiteiro no prazo de garantia pela solidez e segurança do trabalho executado.
 - (C) Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irreduzível de dois anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
 - (D) Será mista, se o empreiteiro contribui não só com o trabalho, mas também com materiais.
 - (E) Será de labor ou de mão de obra se o empreiteiro contribuindo com seu trabalho, assume apenas uma obrigação de fazer.
37. Assinale a alternativa correta.
- (A) Se a propriedade resolver-se por causa superveniente, alheia ao título e posterior à transmissão do domínio, tal revogação acarretará efeitos *ex tunc*.
 - (B) A passagem forçada é o direito que se encontra inserido no rol dos direitos reais, relativo ao proprietário que não tem acesso à via pública, nascente ou porto, de, mediante pagamento de cabal indenização, constringer o vizinho a lhe dar passagem, fixando-se a esta judicialmente o rumo, quando necessário.
 - (C) O uso distingue-se do usufruto pela intensidade do direito, pois, enquanto o usuário retira toda utilização do bem frutuário, o usufrutuário só pode utilizá-lo limitado às suas necessidades e às de sua família.
 - (D) O direito de superfície abrange o direito de usar o solo e, excepcionalmente, o subsolo se for inerente ao objeto da concessão feita.
 - (E) O dono do imóvel não pode constituir mais de uma hipoteca sobre ele.
38. No contrato de distribuição,
- (A) o produto adquirido pelo distribuidor deve ser destinado à revenda, logo não pode ser usado no processo industrial, como matéria-prima ou componente da produção.
 - (B) o concedente é quem arca, por força de lei, com as despesas decorrentes da execução do contrato de distribuição feitas com transporte, encargos fiscais, propaganda do produto, viagem.
 - (C) o distribuidor somente poderá ser remunerado pelos negócios concluídos dentro de sua zona, com sua interferência.
 - (D) o concedente pode nomear um segundo distribuidor na mesma zona territorial do primeiro.
 - (E) o proponente não poderá outorgar ao distribuidor poderes de representação similares aos do mandato na conclusão de negócio.



39. O advogado ocupante de cargo de diretor jurídico em Fundação da Administração Pública Estadual encontra-se
- (A) incompatível com o exercício da advocacia, salvo na hipótese de afastamento autorizado e temporário da função.
- (B) impedido de advogar contra a Fazenda Pública Estadual.
- (C) tão somente impedido de advogar contra a própria Fundação.
- (D) impedido de advogar contra a Fazenda Pública à qual se vincula a Fundação e todas as entidades vinculadas ao órgão fazendário que o remunera.
- (E) legitimado exclusivamente para o exercício da advocacia vinculada à função que exerça, durante o período da investidura.
-
40. Indique a alternativa correta, em relação às sanções disciplinares aplicáveis ao advogado nas seguintes hipóteses:
- (A) reincidir em infração disciplinar ou na violação a preceito do Código de Ética e Disciplina. Sanção disciplinar aplicável: exclusão, sendo necessária manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- (B) incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional. Sanção disciplinar aplicável: suspensão por tempo indeterminado até a prestação de novas provas de habilitação.
- (C) manter conduta incompatível com a advocacia, apresentando-se embriagado em público de forma habitual. Sanção disciplinar aplicável: censura ou advertência em ofício reservado.
- (D) prestar concurso a clientes ou a terceiros para a realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la. Sanção disciplinar aplicável: censura e multa, cumulativamente.
- (E) reter, abusivamente, ou extraviar autos recebidos com vista ou em confiança. Sanção disciplinar aplicável: censura e multa, cumulativamente.
-
- Direito Administrativo**
41. É correto afirmar:
- (A) Os concessionários de serviço público, se autorizados pelo contrato, poderão declarar a utilidade pública para fins de desapropriação dos bens imóveis necessários à exploração do serviço que lhes foi destinado.
- (B) A requisição administrativa de bens ou serviços apenas será passível de indenização se comprovada a existência de efetivo prejuízo.
- (C) Na servidão administrativa há o uso da propriedade alheia em prol da execução do serviço público, uso esse que conduz à perda da propriedade sobre a parte do imóvel subserviente ao interesse público.
- (D) Na desapropriação de imóvel locado para fins comerciais, é assegurado ao locatário o direito de pleitear indenização pelo fundo de comércio nos próprios autos da ação de desapropriação do imóvel.
- (E) No caso de desapropriação de bem imóvel, só poderá o Poder Público levar o título à transcrição no registro de imóveis se constatada a continuidade das transcrições anteriores.
-
42. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é
- (A) uma prerrogativa da Administração Pública, oposta perante o contratado, que condiciona a preservação das cláusulas econômico-financeiras à integral execução das cláusulas de serviço pactuadas.
- (B) um direito do administrado de que sejam mantidas as cláusulas de serviço constantes do edital de licitação e do contrato.
- (C) um direito do administrado de que sejam mantidas as cláusulas econômico-financeiras constantes da proposta apresentada.
- (D) um direito do administrado de que sejam mantidas as cláusulas de serviço e as condições econômico-financeiras constantes da proposta apresentada.
- (E) uma prerrogativa da Administração Pública, oposta perante o particular contratado, para exigir o cumprimento integral das cláusulas econômico-financeiras da proposta apresentada.
-
43. Sobre o princípio da segurança jurídica, é correto afirmar que
- (A) a regulação dos efeitos de súmula vinculante pelo STF é exemplo de sua aplicação no direito brasileiro.
- (B) sua aplicação é invocada para viabilizar a concessão de efeitos retroativos às decisões administrativas que alterem critérios de interpretação jurídica.
- (C) não está positivado no direito brasileiro.
- (D) sua invocação é incompatível com a aplicação do instituto da prescrição.
- (E) sua aplicação no processo administrativo só é viável se invocado pela parte interessada.
-
44. No curso de processo administrativo instaurado para investigação de denúncia, o servidor responsável pela condução do feito extinguiu o processo sem julgamento do mérito porque o denunciante, devidamente intimado, deixou de manifestar interesse na continuidade da investigação. Sobre a decisão tomada, pode-se dizer:
- (A) está correta por força da aplicação do princípio da participação do administrado nos atos do processo.
- (B) está correta porque a apuração decorre de interesse da parte.
- (C) está correta porque se aplicam ao processo administrativo, subsidiariamente, os princípios do processo civil.
- (D) não está correta porque o processo administrativo é informado pelo princípio da oficialidade.
- (E) não está correta porque no processo administrativo o princípio da economia processual sofre temperamentos, não podendo se sobrepor à apuração da verdade real.



45. Em matéria de fomento é correto afirmar:
- (A) O fomento está estreitamente ligado à atividade de regulação, compreendendo a regulamentação e fiscalização da atividade econômica de natureza privada.
 - (B) A concessão de auxílios financeiros ou subvenções por parte da Administração Pública para o desenvolvimento de atividades sociais corporifica a atividade de fomento.
 - (C) Fomento é sinônimo de serviço público descentralizado.
 - (D) Organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público são entes semiprivados que atuam em colaboração com o Poder Público e assemelham-se pela natureza da atividade que desenvolvem, pelo grau de vinculação que têm com o Poder Público e pelo fato de que ambas integram a Administração Pública descentralizada.
 - (E) Fomento é atividade administrativa que impõe restrição a direitos individuais em benefício do interesse coletivo.
46. Assinale a alternativa correta.
- (A) Todo contrato de programa objetivando a gestão associada de serviço público exige a prévia formalização de um contrato de consórcio público.
 - (B) As obrigações que um ente da Federação assuma para com outro ente da Federação, que não comportem ônus financeiro, devem ser constituídas por meio de contrato de programa.
 - (C) O consórcio público, se constituído com personalidade jurídica de direito público, poderá ser contratado sem licitação pelos entes consorciados antes da vigência das lei de ratificação.
 - (D) A personalidade jurídica da associação pública terá início com a assinatura do protocolo de intenções pelos entes consorciados.
 - (E) Se autorizado pelo convênio de cooperação, o contrato de programa poderá ser celebrado com empresa pública integrante da Administração indireta do ente que atua como representante legal do consórcio.
47. A Administração Pública rescindiu unilateralmente contrato para execução de obra, firmado com recursos orçamentários próprios, tendo em vista o inadimplemento da obrigação pela empresa contratada. Para dar continuidade à obra já iniciada, a Administração Pública pode contratar com
- (A) dispensa de licitação, dentre as licitantes do certame anterior, aquela que oferecer preço mais vantajoso para a Administração.
 - (B) inexigibilidade de licitação a licitante segunda colocada na ordem de classificação da licitação anterior, desde que mantidas todas as condições oferecidas pelo licitante vencedor.
 - (C) dispensa de licitação a licitante segunda colocada na ordem de classificação da licitação anterior, desde que esta aceite manter as condições de preço do contrato rescindido.
 - (D) inexigibilidade de licitação, dentre as licitantes do certame anterior, aquela que oferecer preço mais vantajoso para a Administração.
 - (E) dispensa de licitação a licitante segunda colocada na ordem de classificação da licitação anterior, pelo preço por ela ofertado.
48. A edição de decreto contendo regras sobre condições de trânsito em rodovia estadual é exemplo de ato
- (A) normativo relativo ao exercício do poder de polícia.
 - (B) regulamentar relativo ao exercício do poder disciplinar.
 - (C) normativo relativo à prestação de serviço público.
 - (D) normativo de efeitos concretos relativo ao exercício do poder regulamentar.
 - (E) concreto, de efeito normativo, relativo ao exercício do poder de polícia.
49. Os atos administrativos gozam de presunção de veracidade. Isso equivale a dizer que
- (A) todos os atos administrativos, qualquer que seja sua natureza, devem ser cumpridos pelos particulares, independentemente da sua concordância.
 - (B) existe uma presunção absoluta da legalidade do ato, à qual o particular apenas poderá se opor se provar a existência de desvio de finalidade.
 - (C) o Poder Judiciário apenas poderá rever o ato administrativo discricionário se praticado com vício de finalidade.
 - (D) o ato inválido pode produzir efeitos até que sua invalidade seja declarada pelo Poder Judiciário.
 - (E) o questionamento do ato na esfera administrativa está limitado à existência de vício que o torne manifestamente ilegal.
50. Assinale a alternativa correta.
- (A) Nos termos da Constituição Federal não se admite a prestação de serviços mediante o regime de autORIZAÇÃO.
 - (B) O processo de reforma pelo qual tem passado o Estado brasileiro conduziu, dentro do denominado núcleo de atividades exclusivas do Estado, à criação de agências executivas com a finalidade de instrumentar a gestão associada de serviços públicos.
 - (C) Pelo princípio da generalidade o concessionário deve observar as regras gerais de prestação do serviço público fixadas pelo Poder Concedente.
 - (D) No direito brasileiro, tanto os serviços públicos privativos do Estado, quanto os serviços públicos não privativos do Estado podem ser delegados aos particulares sob regime de concessão comum.
 - (E) A ideia de serviço público congrega a existência de uma atividade centrada em um regime jurídico derogatório e exorbitante do direito comum.
- Direito de Pessoal e Previdenciário Público**
51. De acordo com as regras aplicáveis aos processos administrativos disciplinares no Estado de São Paulo,
- (A) o período de afastamento preventivo do servidor não é contado para aposentadoria.
 - (B) o sobrestamento do processo disciplinar para aguardar decisão judicial é causa de suspensão da prescrição.
 - (C) o sobrestamento do processo disciplinar para aguardar decisão judicial não tem reflexo na prescrição administrativa, pelo princípio da independência das instâncias.
 - (D) não se apura fato noticiado por denúncia anônima.
 - (E) o afastamento preventivo do servidor, quando recomendar a apuração do fato, é improrrogável.



<p>52. O texto da Constituição Estadual em vigor</p> <p>(A) admite que o servidor que tenha requerido aposentadoria voluntária, instruído com prova necessária à obtenção do direito venha a cessar o exercício da função, independentemente da publicação do ato de aposentação, quando a permanência no cargo vier a acarretar a aposentadoria compulsória por idade.</p> <p>(B) autoriza que o servidor, mediante requerimento a ser apreciado pela chefia imediata, cesse o exercício da função quando, decorridos quarenta e cinco dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova necessária à obtenção do direito, o ato de aposentação não vier a ser publicado.</p> <p>(C) autoriza que o servidor, mediante requerimento a ser apreciado pela chefia imediata, cesse o exercício da função quando, decorridos noventa dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova necessária à obtenção do direito, o ato de aposentação não vier a ser publicado.</p> <p>(D) autoriza que o servidor, a seu critério, cesse o exercício da função quando, decorridos noventa dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova necessária à obtenção do direito, o ato de aposentação não vier a ser publicado.</p> <p>(E) autoriza que o servidor, a seu critério, cesse o exercício da função quando, decorridos quarenta e cinco dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova necessária à obtenção do direito, o ato de aposentação não vier a ser publicado.</p>	<p>56. O princípio da irredutibilidade de vencimentos justifica:</p> <p>(A) a atribuição de <i>pro labore faciendo</i> aos servidores.</p> <p>(B) a transferência automática de vantagens pessoais obtidas em vínculo público anterior, quando da investidura do servidor em novo cargo público.</p> <p>(C) a impossibilidade de cessação da atribuição de gratificação de gabinete ao servidor, uma vez atribuída.</p> <p>(D) a incorporação decimal de gratificação de gabinete aos vencimentos dos servidores.</p> <p>(E) a atribuição dos adicionais temporais aos servidores.</p>
<p>53. A legislação do Estado de São Paulo</p> <p>(A) impede retroação da data do início da licença-gestante quando o parto ocorrer sem que a servidora tenha requerido antes dessa data a referida licença.</p> <p>(B) autoriza concessão de licença-gestante à servidora mãe de natimorto.</p> <p>(C) autoriza a concessão de licença adoção a ambos os adotantes, em caso de adoção por cônjuges ou companheiros, ambos servidores públicos.</p> <p>(D) fixa prazo de 30 dias, contados do início da convivência do menor com o adotante, para requerimento da licença adoção pelo servidor.</p> <p>(E) autoriza concessão de licença-paternidade de 5 dias úteis, contados da data do parto, ao servidor pai.</p>	<p>57. No Estado de São Paulo, o auxílio reclusão é benefício previdenciário devido</p> <p>(A) quando o servidor público estiver em regime de prisão albergue.</p> <p>(B) ao servidor público que esteja em efetivo exercício no momento em que for recolhido à prisão.</p> <p>(C) ao servidor público ativo de baixa renda recolhido à prisão.</p> <p>(D) aos dependentes do servidor público ativo de baixa renda recolhido à prisão.</p> <p>(E) aos dependentes do servidor público ativo ou aposentado recolhido à prisão.</p>
<p>54. São causas de vacância dos cargos públicos efetivos no Estado de São Paulo:</p> <p>(A) a aposentadoria, o falecimento e o acesso.</p> <p>(B) a exoneração, a disponibilidade e a dispensa.</p> <p>(C) a readaptação, a dispensa e o falecimento.</p> <p>(D) a demissão, a dispensa e o falecimento.</p> <p>(E) a readaptação, a exoneração e a dispensa.</p>	<p>58. Os servidores públicos paulistas que comprovem participação efetiva no movimento revolucionário de 1932 têm direito a</p> <p>(A) aposentaria especial transferível à viúva ou filhas solteiras.</p> <p>(B) aposentadoria especial transferível à viúva.</p> <p>(C) pensão especial vitalícia e intransferível.</p> <p>(D) pensão especial inacumulável com rendimentos pagos pelos cofres públicos.</p> <p>(E) pensão especial que pode ser cumulada com benefícios previdenciários.</p>
<p>55. Os Procuradores do Estado aprovados no concurso de 2009/2010 da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que comprovem inscrição nos quadros da OAB, por força de regramento específico, poderão contar esse tempo para efeito de</p> <p>(A) sexta-parte, quinquênios e licença-prêmio, até a data da publicação da Emenda Constitucional 41/2003.</p> <p>(B) sexta-parte, quinquênios e aposentadoria.</p> <p>(C) licença-prêmio, sexta-parte e quinquênios.</p> <p>(D) estabilidade e disponibilidade.</p> <p>(E) sexta-parte, quinquênios e aposentadoria, até a data da publicação da Emenda Constitucional 20/1998.</p>	<p>59. Oficial Militar do Estado assume cargo civil efetivo de professor na rede pública estadual.</p> <p>(A) A posse será regular se precedida de autorização do Comandante Geral.</p> <p>(B) A assunção do cargo civil implica passagem do militar para a reserva.</p> <p>(C) A verificação da regularidade da situação de acúmulo depende da compatibilidade de horários.</p> <p>(D) Caracteriza-se situação de acúmulo regular.</p> <p>(E) A posse no cargo de professor é nula.</p>



60. De acordo com o texto da Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) o servidor em disponibilidade recebe remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado.
 - (B) a disponibilidade aplica-se aos ocupantes de cargos e empregos públicos.
 - (C) extinto o cargo ocupado por servidor em estágio probatório este será colocado em disponibilidade.
 - (D) o servidor em disponibilidade deve ser aproveitado em cargo que tenha atribuições similares às do cargo que anteriormente ocupava.
 - (E) o servidor em disponibilidade não pode exercer outra função remunerada.

Direito Ambiental

61. A indicação de novas diretrizes específicas do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE deverá obedecer aos seguintes requisitos, segundo o Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002:

- (A) edição pelo mesmo instrumento normativo que instituiu o zoneamento, dispensada a consulta pública e com oitiva das Comissões Estadual e Coordenadora do ZEE, desde que seja observado o prazo mínimo de 10 (dez) anos de conclusão do zoneamento ou de sua última modificação, quando ocorrerem alterações decorrentes de aprimoramento técnico-científico; e o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, mediante consulta pública e oitiva da Comissão Coordenadora do ZEE, para a adoção de critérios mais rigorosos de proteção ambiental.
- (B) edição mediante decreto, após realização de consulta pública, desde que seja observado o prazo mínimo de 10 (dez) anos de conclusão do zoneamento ou de sua última modificação, com oitiva da Comissão Coordenadora do ZEE, para adoção de critérios menos rigorosos de proteção ambiental para a zona a ser alterada; e o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, com oitiva da Comissão Estadual do ZEE, quando ocorrerem alterações decorrentes de aprimoramento técnico-científico.
- (C) edição mediante decreto, após realização de consulta pública e aprovação pelas Comissões Estadual e Coordenadora do ZEE, desde que seja observado o prazo mínimo de 10 (dez) anos de conclusão do zoneamento ou de sua última modificação, quando se tratar da adoção de critérios mais rigorosos de proteção ambiental da zona a ser alterada.
- (D) edição mediante lei de iniciativa do Executivo, com dispensa de consulta pública, após oitiva da Comissão Coordenadora do ZEE, desde que seja observado o prazo mínimo de 10 (dez) anos de conclusão do zoneamento ou de sua última modificação, para a adoção de novos critérios ambientais para a zona a ser alterada.
- (E) edição mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, após realização de consulta pública e aprovação pelas Comissões Estadual e Coordenadora do ZEE, desde que seja observado o prazo mínimo de 10 (dez) anos de conclusão do zoneamento ou de sua última modificação, prazo este não aplicável quando se tratar da adoção de critérios mais rigorosos de proteção ambiental da zona a ser alterada, ou quando ocorrerem alterações decorrentes de aprimoramento técnico-científico.

62. A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e fixa diretrizes ambientais para o seu enquadramento, dentre outros, determina o enquadramento das águas segundo
- (A) as regiões administrativas dos Estados.
 - (B) o grau de poluição.
 - (C) os usos preponderantes objetivados ao longo do tempo.
 - (D) a largura e extensão do curso d'água.
 - (E) as bacias hidrográficas e respectivas sub-bacias.

63. De acordo com a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, é possível a supressão de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica, em estágio avançado de regeneração, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas assim definidas em lei específica, desde que sejam observados os seguintes requisitos, EXCETO:

- (A) não formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração.
- (B) estar localizada em perímetros urbanos aprovados até a data de início da vigência da lei de proteção do Bioma Mata Atlântica.
- (C) garantia de preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% da área total coberta por esta vegetação.
- (D) compensação ambiental, na forma de destinação de área com as mesmas características ecológicas, equivalente a no mínimo 30% da extensão da área a ser desmatada.
- (E) obtenção de prévia autorização do órgão estadual competente.

64. À luz do que estabelece o Código Florestal, é INCORRETO afirmar:

- (A) Para o cumprimento da compensação ou manutenção da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.
- (B) É admitido o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal, desde que não implique conversão de novas áreas para uso alternativo do solo e quando a soma da vegetação nativa na área de preservação permanente e reserva legal exceder a 20% (vinte por cento) da pequena propriedade rural ou posse rural familiar cuja área, no Estado de São Paulo, não supere 30 (trinta) hectares.
- (C) A ampliação das áreas de reserva legal em até 50% dos índices previstos no Código Florestal, em todo território nacional, é admitida desde que seja indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico e pelo Zoneamento Agrícola, ouvidos o CONAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- (D) Poderá ser instituída a reserva legal em regime de condomínio entre mais de uma propriedade, respeitado o percentual legal em relação a cada imóvel, mediante aprovação do órgão estadual competente e as averbações referentes a todos os imóveis envolvidos.
- (E) É assegurada a reserva legal em área de posse, mediante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo possuidor com o órgão ambiental estadual ou federal competente, com força de título executivo.



65. Assinale a alternativa INCORRETA em face do que prevê a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.
- (A) Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, desde que sejam aprovados pelo órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
- (B) O arquivamento do processo de licenciamento ambiental quando o empreendedor deixar de atender, no prazo estipulado, o pedido de esclarecimentos apresentado pelo órgão ambiental, não impede a apresentação de novo requerimento de licença, desde que sejam obedecidos os procedimentos fixados para o processo de licenciamento ambiental e seja efetivado o pagamento do novo custo de análise.
- (C) Impacto ambiental regional é definido como todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.
- (D) O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos diferenciados de análise para cada modalidade de licença ambiental, em função das peculiaridades das atividades ou empreendimentos, bem como para a formulação de exigências complementares.
- (E) Deverá ser dada publicidade tanto ao pedido de licença ambiental quanto ao seu deferimento ou indeferimento.
-
66. NÃO se caracteriza como Área de Preservação Permanente pelo só efeito do Código Florestal, a vegetação natural
- (A) destinada a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção.
- (B) situada num raio mínimo de 50 (cinquenta metros) de largura dos olhos d'água.
- (C) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cem metros em projeções horizontais.
- (D) em altitude superior a mil e oitocentos metros, qualquer que seja a vegetação.
- (E) em encostas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.
-
67. É INCORRETO afirmar, nos termos da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes – tem a atribuição de
- (A) executar as políticas de apoio a populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União.
- (B) executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza atinentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação e gestão das unidades de conservação instituídas pela União.
- (C) exercer, de maneira supletiva, o poder de polícia ambiental na proteção das unidades de conservação instituídas pela União.
- (D) fomentar e executar programas de educação ambiental.
- (E) fomentar e executar programas de pesquisa em conservação da biodiversidade.
-
68. Considere as seguintes assertivas, à luz do que estabelecem as normas relativas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC:
- I. Mosaico de unidades de conservação somente pode ser formado por unidades instituídas pelo mesmo ente da federação.
- II. Reserva Biológica, Unidade de Proteção Integral, pode ser gerenciada por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser celebrado com o respectivo órgão gestor.
- III. Zona de amortecimento no entorno de uma unidade de conservação não pode ultrapassar a faixa de 10 km dos limites da unidade.
- IV. Nas Estações Ecológicas é vedada a coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas que impliquem alterações dos ecossistemas.
- V. Na Reserva do Desenvolvimento Sustentável é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, IV e V.
- (B) V.
- (C) I e II.
- (D) II e V.
- (E) III e IV.
-
69. Com base na Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é INCORRETO afirmar com relação ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, que
- (A) a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente criem condições adversas às atividades sociais e econômicas é considerada poluição.
- (B) o incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais constitui um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (C) as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas por meio de normas e planos destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental.
- (D) a avaliação de impactos ambientais, a servidão ambiental e a garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (E) o CONAMA é o órgão superior, o IBAMA o órgão executor, sendo a CETESB, a Polícia Ambiental e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo órgãos seccionais do SISNAMA.



70. Considere as seguintes afirmações, em face do que estabelece o Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008:

- I. Nos casos de poluição continuada, prescreve em 5 (cinco) anos, contados do início da ação poluidora, a ação administrativa objetivando apurar infração contra o meio ambiente.
- II. O prazo de prescrição para aplicação das sanções administrativas por infração ao meio ambiente também caracterizada como crime ambiental, independe do prazo de prescrição para a ação penal.
- III. O valor da multa diária não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor da multa simples máxima cominada para a infração.
- IV. As sanções administrativas restritivas de direito aplicam-se unicamente às pessoas jurídicas.
- V. No caso de área irregularmente desmatada ou queimada, ainda que destituída de mata nativa, independentemente de sua localização, caberá o embargo de quaisquer obras ou atividades nelas realizadas ou desenvolvidas.

Está INCORRETO o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, III, IV e V, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

Direito Tributário

Nas questões de números 71 a 80 poderão ser utilizadas as seguintes siglas:

- ICMS: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- IE: imposto sobre exportação.
- II: imposto sobre importação.
- IPVA: imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- IOF: imposto sobre operações financeiras.
- IPI: imposto sobre produtos industrializados.
- IPTU: imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- IR: imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- ISS: imposto sobre serviços.
- ITCMD: imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
- ITR: imposto territorial rural.

71. De acordo com o disposto no Código Tributário Nacional, a decadência e a prescrição são causas de

- (A) extinção do crédito tributário e de exclusão do crédito tributário, respectivamente.
- (B) extinção do direito ao crédito tributário e de extinção do direito de ação para a cobrança do crédito tributário, respectivamente.
- (C) suspensão do crédito tributário.
- (D) extinção do crédito tributário.
- (E) exclusão do crédito tributário e de extinção do crédito tributário, respectivamente.

72. No Direito Tributário vige o princípio da legalidade estrita, mas esse princípio sofre mitigação. Por conta disso, a Constituição Federal, no capítulo do Sistema Tributário Nacional, prevê tributos que estão incluídos na reserva relativa de lei. São eles:

- (A) IPI, IR, IPTU e ICMS.
- (B) IR, ITR, ITCMD e ISS.
- (C) II, IE, IPI e IOF.
- (D) ITCMD, IPVA, IPI e ICMS.
- (E) ISS, IPTU e ITR.

73. Em relação aos princípios constitucionais tributários,

- (A) o respeito ao princípio da capacidade contributiva configura ofensa ao princípio da isonomia tributária.
- (B) a instituição de obrigação tributária acessória está sob a incidência do princípio da estrita legalidade.
- (C) não é possível a instituição de tributo por meio de Lei Delegada, já que referida espécie normativa constitui exceção aos princípios da separação de Poderes e da indelegabilidade de funções.
- (D) o substituto tributário tem, independente de qualquer ato que venha a praticar, legitimidade para discutir a legalidade do crédito tributário.
- (E) a anulação do lançamento por vício formal é causa interruptiva da decadência tributária.

74. Ao cumprir obrigação tributária acessória legalmente imposta, a empresa XYZ declarou ao fisco paulista o valor de ICMS devido em determinado período de apuração. Na data do vencimento da obrigação tributária principal, o valor devido não foi recolhido. Cumpridas todas as etapas do procedimento fiscal administrativo, o débito foi inscrito na dívida ativa estadual e, extraída a respectiva certidão da dívida ativa, é objeto de cobrança judicial via ação de execução fiscal, corrigido monetariamente, incluídos os acréscimos moratórios e a multa pelo não recolhimento na data devida. A cobrança do valor declarado como devido, mais os consectários referidos afigura-se

- (A) legal, não havendo que se falar em denúncia espontânea, tendo em vista o não atendimento dos requisitos desse instituto.
- (B) ilegal, uma vez que a cobrança de multa de mora sobre débitos tributários não está prevista em lei.
- (C) ilegal, já que o contribuinte, ao declarar o valor devido, realizou a denúncia espontânea, instituto previsto no Código Tributário Nacional que tem o condão de afastar a responsabilidade tributária.
- (D) legal, desde que o fisco exclua a correção monetária.
- (E) legal, desde que o fisco tenha levado a certidão da dívida ativa a protesto antes do ajuizamento da ação.



<p>75. A respeito da ação de execução fiscal, regulada pela Lei nº 6.830/80, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) O juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.</p> <p>(B) O prazo para oposição de embargos à execução é contado da intimação da penhora ou da intimação do reforço da penhora.</p> <p>(C) Encerradas irregularmente as atividades da empresa, é possível ao fisco redirecionar a ação contra os sócios diretores contemporâneos ao encerramento das atividades da empresa.</p> <p>(D) Pelo rito da ação de execução fiscal podem ser cobrados créditos de natureza não tributária, tais como reposição de vencimentos pagos indevidamente e multas impostas pela Polícia Militar Ambiental.</p> <p>(E) Em qualquer fase do processo a substituição dos bens penhorados por outros será deferida pelo juiz à Fazenda Pública, independentemente da ordem enumerada na Lei nº 6.830/80.</p>	<p>78. Normalmente, o tributo serve como fonte de recursos para custeio de atividades governamentais. Contudo, não se pode perder de vista que os tributos também são utilizados para orientar a atuação dos contribuintes para setores mais produtivos e/ou mais adequados ao interesse público. A possibilidade do exercício da tributação com o objetivo de mudar o comportamento humano face ao meio ambiente, incentivando a preservação e o cuidado com as questões ambientais, lançando-se mão da denominada "tributação ecológica" ou dos <i>green taxes</i> é caso de</p> <p>(A) inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio da capacidade contributiva.</p> <p>(B) fiscalidade.</p> <p>(C) extrafiscalidade.</p> <p>(D) parafiscalidade.</p> <p>(E) inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio da isonomia tributária.</p>
<p>76. É correto afirmar:</p> <p>(A) Pelo princípio do <i>non olet</i>, renda advinda de tráfico de entorpecentes envolvendo sociedades comerciais organizadas não pode ser tributada.</p> <p>(B) O arrematante em hasta pública não é responsável tributário pelos débitos referentes ao imóvel arrematado.</p> <p>(C) A Constituição Federal assegura ao contribuinte substituído a restituição do excesso de imposto recolhido por antecipação somente nos casos em que o fato gerador presumido não venha a ocorrer. A legislação tributária paulista segue o mesmo modelo e prevê tão somente o mesmo benefício.</p> <p>(D) Pessoa jurídica de direito público interno que figure no pólo passivo de execução embargada, proposta por outra Unidade da Federação, tem direito à certidão positiva com efeitos de negativa independente da garantia do juízo ou da suspensão da exigibilidade do crédito exequendo.</p> <p>(E) A inoponibilidade dos ajustes privados à Fazenda Pública torna inválida a contratação entre particulares.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 79 e 80 apresentam 5 (cinco) afirmações em relação ao assunto indicado. Para responder a cada uma delas utilize a chave abaixo.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I, IV e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II, III e V.</p> <p>79. Ação de execução fiscal.</p> <p>I. Mesmo não constando no pólo passivo, o titular de firma individual pode ter bens particulares penhorados em ação de execução fiscal movida contra a firma comercial.</p> <p>II. Os créditos de natureza não tributária, passíveis de cobrança por meio de ação de execução fiscal não precisam, necessariamente, ser objeto de lançamento para sua constituição.</p> <p>III. O não ajuizamento de execução fiscal em face do pequeno valor suspende a fluência do prazo prescricional.</p> <p>IV. O pagamento parcial de parcelamento impede o prosseguimento da ação de execução fiscal com base na mesma certidão de dívida ativa, devendo o fisco inscrever na dívida ativa o saldo remanescente do parcelamento, extrair nova certidão de dívida ativa e, somente após tais procedimentos, ajuizar nova execução para cobrança do valor devido.</p> <p>V. O bem alienado fiduciariamente não pode ser objeto de penhora nas ações de execução fiscal ajuizadas contra o devedor fiduciário.</p>
<p>77. A Lei nº 13.296/2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, no âmbito do Estado de São Paulo, prevê hipótese de não incidência tributária quando se tratar de propriedade consistente em um único veículo adequado para ser conduzido por pessoa com deficiência física. Suponha que pessoa portadora de deficiência visual total postule o benefício. A partir da hipótese fática apresentada, é correto afirmar:</p> <p>(A) Trata-se de regra que somente pode ser veiculada após celebração e ratificação de Convênio por todos os Estados Membros da Federação.</p> <p>(B) Trata-se de imunidade e deve ser concedida, interpretando-se de forma extensiva o dispositivo, a fim de atender aos interesses do contribuinte.</p> <p>(C) Trata-se de isenção e deve ser concedida, interpretando-se de forma extensiva o dispositivo, a fim de atender aos interesses do contribuinte.</p> <p>(D) Trata-se de imunidade e deve ser negada, haja vista que, nos termos do disposto no Código Tributário Nacional, a norma concessiva de imunidade deve ser interpretada de forma literal.</p> <p>(E) Trata-se de isenção e deve ser negada, haja vista que, nos termos do disposto no Código Tributário Nacional, a norma concessiva de isenção deve ser interpretada de forma literal.</p>	<p>80. Cobrança judicial do crédito tributário.</p> <p>I. Advogado particular constituído pela parte beneficiária da justiça gratuita possui prazo em dobro para apresentar embargos à execução fiscal.</p> <p>II. É inaplicável à vaga de estacionamento existente em condomínios verticais, que tem matrícula própria, a impenhorabilidade prevista na Lei 8.009/90 (bem de família), pois o <i>box</i> de estacionamento não se constitui em acessório do imóvel residencial.</p> <p>III. A ação consignatória não é via adequada para discutir judicialmente a dívida ativa da Fazenda Pública.</p> <p>IV. Não cabe mandado de segurança preventivo a partir de resposta desfavorável à consulta tributária.</p> <p>V. O ajuizamento de ação declaratória que antecede o lançamento impede o contribuinte de impugnar administrativamente, pelos mesmos fundamentos, a constituição do crédito tributário interpondo os recursos cabíveis naquela esfera.</p>

**Direito do Trabalho e Processual do Trabalho**

81. No que atine ao contrato individual de trabalho, é INCORRETO afirmar que

- (A) a rescisão do contrato de trabalho de dirigente sindical efetivar-se-á somente após comprovação de prática de falta grave através de decisão judicial transitada em julgado.
- (B) pode ser celebrado de forma verbal ou tácita.
- (C) é considerado contrato sinalagmático.
- (D) o contrato de experiência não poderá ultrapassar o prazo de 90 dias, inexistindo, sem exceção, possibilidade de aviso prévio na rescisão antecipada.
- (E) nos casos permitidos pela legislação vigente, admite-se o contrato de trabalho por prazo determinado.

82. Quanto à suspensão ou interrupção do contrato individual de trabalho, é INCORRETO indicar

- (A) a licença não remunerada, como hipótese de suspensão.
- (B) acidente de trabalho, nos primeiros 15 dias, como hipótese de interrupção.
- (C) a licença maternidade, como hipótese de interrupção.
- (D) a greve, quando houver pagamento dos dias parados por decisão da Justiça do Trabalho, como hipótese de interrupção.
- (E) o descanso semanal remunerado, como hipótese de suspensão.

83. O trabalho noturno é aquele executado no período da noite, assim, sobre ele, pode-se afirmar que

- (A) adicional noturno do trabalhador urbano e do advogado é fixado em 20% sobre o valor da hora diurna.
- (B) hora do trabalho noturno do advogado será computada como sendo de 60 minutos.
- (C) hora do trabalho noturno do trabalhador urbano será computada como sendo 50 minutos e 30 segundos.
- (D) o horário noturno do advogado contratado sob o regime laboral é compreendido entre 20h e 6h.
- (E) o horário noturno do trabalhador urbano, como regra geral, é compreendido entre 20h e 5h.

84. Em relação aos prazos prescricionais na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Na complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, se jamais foi paga ao empregado, não requerida em 2 anos a partir da concessão da aposentadoria, há prescrição nuclear.
- (B) A prescrição quinquenal será reconhecida desde que ajuizada a ação trabalhista nos 2 anos seguintes à rescisão do contrato de trabalho. A contagem dos 5 anos sempre deverá ser feita a partir do término do contrato individual de trabalho.
- (C) Quanto às férias, o prazo de 5 anos é computado considerando-se o término do período aquisitivo.
- (D) Se a rescisão do contrato de trabalho decorreu de aviso prévio indenizado, a fluência do prazo de 2 anos deve ser contado a partir do efetivo desligamento das atividades laborais do empregado.
- (E) Não se admite a interrupção da contagem do prazo prescricional quando há a proposição de reclamação trabalhista e esta for arquivada.

85. No que atine ao FGTS, é INCORRETO afirmar:

- (A) De acordo com súmula do TST, a contratação de empregado público, após a CF/88, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- (B) Segundo entendimento sumulado, é quinquenal a prescrição do direito contra o não recolhimento do FGTS, observado o prazo de 2 anos após o término do contrato individual de trabalho.
- (C) As ações envolvendo o empregado e a CEF, como agente operador dos recursos do FGTS, serão propostas perante a Justiça comum.
- (D) Durante o afastamento do empregado, em virtude de acidente de trabalho, continua a obrigação patronal em relação aos recolhimentos mensais do FGTS.
- (E) Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca, a multa compensatória será de 20% dos depósitos realizados na conta vinculada do empregado.

86. No que se refere à contratação por entidades da administração pública de empresa para prestação de serviços, de acordo com entendimento do TST, é INCORRETO afirmar:

- (A) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa interposta, implica a responsabilidade do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, quanto às entidades da administração indireta, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.
- (B) A contratação irregular de empregado, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com entidades da Administração Pública direta e indireta – autárquica ou fundacional.
- (C) Presentes os requisitos da personalidade e subordinação, não poderá ser reconhecido vínculo de emprego entre a Administração Pública direta e indireta – autárquica ou fundacional e trabalhador da empresa interposta.
- (D) O contrato de empreitada entre entidade da Administração Pública, como dono da obra e o empreiteiro, enseja responsabilidade subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.
- (E) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa interposta, implica a responsabilidade do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, quanto às entidades da administração direta, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

87. Em relação à competência para julgar, é correto afirmar:

- (A) A Justiça do Trabalho não é competente para julgar ações de reparação de danos morais e materiais contra empregadores decorrentes de acidente de trabalho.
- (B) É competente a própria Vara do Trabalho para a ação rescisória contra a sentença por ela proferida.
- (C) Ocorrendo conflito de jurisdição em Dissídio Coletivo entre o TRT/2ª Região e o TRT/15ª Região, a competência pertence ao TRT/2ª Região.
- (D) É competente o TST para julgar ação anulatória contra sentença normativa proferida pelo TRT da 2ª Região.
- (E) A Justiça do Trabalho é competente para julgar ação acidentária contra o INSS.



88. No âmbito do direito processual do trabalho, é INCORRETO afirmar:

- (A) Caberá o recurso de embargos de divergência das decisões das turmas do TST que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela seção de dissídios individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do TST ou STF.
- (B) Caberá agravo regimental contra as decisões monocráticas do relator que denegarem seguimento ao recurso.
- (C) Caberá recurso de revista das decisões proferidas pelos TRTs ou por suas turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiros, na hipótese de ofensa direta e literal de norma infraconstitucional.
- (D) Caberá mandado de segurança contra do ato do presidente do TRT/2ª Região que disponha sobre o processamento e pagamento de precatório.
- (E) São admissíveis os embargos de declaração com efeito modificativo quando houver manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

89. As exceções podem ser opostas como matéria de defesa no âmbito trabalhista. Sobre suas espécies é INCORRETO afirmar:

- (A) A exceção de incompetência territorial pode ser declinada *ex officio*.
- (B) A exceção de suspeição poderá ocorrer na hipótese de amizade íntima do magistrado com a parte.
- (C) A exceção de impedimento poderá ocorrer quando o magistrado conheceu o processo em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
- (D) As decisões proferidas em exceção de suspeição e/ou impedimento não ensejam interposição de recurso.
- (E) A exceção de incompetência material pode ser declinada *ex officio*.

90. Segundo entendimento pacífico do TST, é INCORRETO afirmar:

- (A) É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento, exceto nos casos de concessão de efeito suspensivo pelo presidente do TRT.
- (B) O empregado que se demite antes de completar 12 meses de serviço pode ter direito a férias proporcionais.
- (C) O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de descanso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia.
- (D) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente exclui a percepção do respectivo adicional.
- (E) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, por acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Direito Financeiro, Econômico e Empresarial Público

91. Para a administração direta celebrar contrato cuja vigência ultrapasse o exercício financeiro é necessária a existência de

- (A) inscrição em restos a pagar das despesas não previstas no orçamento do exercício financeiro em curso.
- (B) autorização específica na lei orçamentária.
- (C) dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas previstas no exercício financeiro em curso e demonstração da compatibilidade com o plano plurianual.
- (D) cláusula contratual assegurando ao órgão contratante a faculdade de interromper a execução do contrato a qualquer momento.
- (E) reconhecimento pela lei de diretrizes orçamentárias de que a ação governamental objeto do contrato possui caráter prioritário.

92. Modalidade de garantia cuja prestação é VEDADA ao Estado-membro para assegurar o pagamento de financiamento contraído perante o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para custear obras de infraestrutura:

- (A) hipoteca de imóvel não afetado ao uso público.
- (B) vinculação de receitas decorrentes da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
- (C) penhor das quotas do Fundo de Participação dos Estados a que se refere o artigo 159 da Constituição Federal.
- (D) alienação fiduciária de ações do capital de companhia controlada.
- (E) cessão fiduciária de créditos futuros de direitos especiais provenientes da exploração de petróleo (*royalties*).

93. A empresa estatal que recebe recursos públicos a título de subvenção econômica para cobrir déficit operacional

- (A) deve cumprir as condenações judiciais pelo sistema de precatório, não sendo admitida a penhora de seus bens.
- (B) não pode subsidiar o preço dos bens e serviços fornecidos ao público consumidor.
- (C) está impedida de contrair empréstimo bancário, mas pode emitir títulos negociáveis no mercado de valores mobiliários.
- (D) sujeita-se às mesmas regras orçamentárias e financeiras aplicáveis à administração direta para realização de despesas.
- (E) pode conceder aumentos salariais por força de negociação coletiva, desde que respeitado o limite de gasto com pessoal aplicável ao conjunto do Poder Executivo.



<p>94. O exercício de atividade empresarial pelo Estado</p> <p>(A) deve ser orientada por algum objetivo de interesse público, não podendo se limitar à geração de receitas derivadas ao erário.</p> <p>(B) é livre em qualquer setor da economia, desde que respeitada a isonomia da concorrência com empresas privadas.</p> <p>(C) somente é admitida para prestação de serviços públicos de titularidade estatal e ainda não universalizados.</p> <p>(D) possui caráter subsidiário na medida em que pressupõe a ausência de empresas privadas atuando no mesmo mercado.</p> <p>(E) requer a instituição de monopólio para afastar a competição com empresas privadas.</p>	<p>97. O edital de licitação da concessão patrocinada pode admitir como critério de julgamento a</p> <p>(A) maior oferta de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.</p> <p>(B) melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor tarifa e melhor técnica.</p> <p>(C) aceitação do menor valor presente líquido relativamente às receitas tarifárias, vinculado ao prazo de vigência da concessão.</p> <p>(D) melhor qualidade de serviço com base em tarifa pré-fixada pelo poder concedente.</p> <p>(E) maior oferta de participação do poder concedente nas receitas acessórias auferidas pelo concessionário.</p>
<p>95. A regulação econômica prevista no artigo 174 da Constituição Federal</p> <p>(A) destina-se a corrigir falhas de mercado não abrangidas pelo planejamento econômico.</p> <p>(B) aplica-se exclusivamente aos serviços públicos concedidos, com vistas a assegurar o acesso do usuário independentemente de seu poder aquisitivo.</p> <p>(C) não pode impor condutas que limitem a rentabilidade do empreendimento privado sujeito à livre iniciativa e ao regime de concorrência.</p> <p>(D) é compatível com o tabelamento de preços, em se tratando de fornecimento privado de bem ou serviço considerado essencial ao consumo humano, ainda quando realizado em ambiente de mercado.</p> <p>(E) deve ser exercida por meio de políticas de fomento que estimulem os agentes econômicos a agirem em prol do bem comum.</p>	<p>98. Considera-se sociedade de economia mista para efeito da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) a companhia</p> <p>(A) da qual o Estado seja titular de ação de classe especial com poderes para indicar administradores e vetar determinadas deliberações da assembleia geral.</p> <p>(B) em que o Estado detenha a maioria do capital social.</p> <p>(C) dedicada à prestação de serviço público de competência do acionista controlador.</p> <p>(D) controlada diretamente pelo Estado e cuja constituição tenha sido precedida de lei autorizativa.</p> <p>(E) comprometida com o cumprimento da função social e sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas.</p>
<p>96. A concessão de serviços públicos está sujeita ao controle estrutural por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, na forma do artigo 54 da Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 8.884/94),</p> <p>(A) em nenhuma hipótese.</p> <p>(B) quando o faturamento anual projetado da empresa concessionária for superior a R\$ 400 milhões.</p> <p>(C) quando a concessão tiver natureza estadual ou municipal, ficando excluída a concessão federal.</p> <p>(D) quando a política tarifária for flexível e permitir a cobrança de preços diferenciados por categoria de usuários.</p> <p>(E) quando o serviço público concedido não for objeto de regulação setorial e houver possibilidade de competição entre diversos prestadores.</p>	<p>99. Os conselheiros de administração da empresa estatal</p> <p>(A) estão impedidos de votar em matérias que possam favorecer o Estado, em detrimento dos acionistas minoritários.</p> <p>(B) possuem os mesmos deveres e responsabilidades dos administradores da companhia aberta, ainda quando se trate de companhia fechada.</p> <p>(C) não podem tomar decisões que tenham impacto negativo na lucratividade da companhia para atender ao interesse público que justificou a sua criação.</p> <p>(D) estão obrigados a seguir as orientações do Estado como acionista controlador, não lhes sendo permitido fazer juízo de valor sobre sua adequação ao interesse da companhia.</p> <p>(E) somente podem ser destituídos do cargo, durante a vigência do mandato, por justa causa devidamente comprovada.</p> <p>100. Os créditos trabalhistas na recuperação judicial</p> <p>(A) sujeitam-se à forma de pagamento determinada pelo juiz.</p> <p>(B) não se sujeitam aos efeitos da medida e devem ser pagos de imediato.</p> <p>(C) ficam com a exigibilidade suspensa enquanto perdurar o processo de recuperação judicial.</p> <p>(D) somente se tornam devidos até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador.</p> <p>(E) devem ser pagos nos termos do plano aprovado pela assembleia geral de credores, em prazo não superior a 12 meses.</p>